



XVI CONCURSO PÚBLICO
PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

1ª PROVA - 2ª PARTE

CURITIBA/PR, 12/JULHO/98.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. No tocante à declaração judicial de inconstitucionalidade ou constitucionalidade de lei, é **correto** afirmar:

- a) comparada a situação atual com aquela vigente sob a Constituição de 1.967/69, a legitimação para propor a ação direta de inconstitucionalidade foi aumentada de forma significativa, possuindo-a atualmente (art. 103, Constituição da República): o Presidente da República; a Mesa do Senado Federal; a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa da Assembléia Legislativa; o Governador do Estado; o Procurador Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; partido político com representação no Congresso Nacional; confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;
- b) a legitimidade para propor a ação direta de constitucionalidade é atribuída às mesmas pessoas e órgãos que a detém para propor a ação direta de inconstitucionalidade;
- c) o controle difuso da constitucionalidade, por via de exceção ou defesa, somente pode ser exercido pelos Tribunais Superiores, não podendo eles declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público senão pela maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial;
- d) no sistema constitucional vigente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal é de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
- e) o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações diretas de inconstitucionalidade, tendo ele a obrigação de defender o ato ou o texto impugnado.

52. No que tange aos meios de sanar ou corrigir ilegalidade ou abuso de poder em prejuízo dos direitos e garantias individuais, é **incorreto** afirmar-se: